



Estratégia
CONCURSOS

4º SIMULADO

MAGISTRATURA
ESTADUAL

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada nos concursos de Magistratura Estadual para o cargo de **Juiz**;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-Magistratura-19-10>

Cartão de Respostas																			
1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

PROVA OBJETIVA

Direito Civil

Questão 1

Willianácio Bonner Neto, famoso jornalista brasileiro, faleceu repentinamente aos cinquenta anos, sem deixar testamento, nem herdeiros notoriamente conhecidos.

Com relação à sua herança, é correto afirmar que

A) praticadas as diligências de arrecadação e ultimado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorrido um ano de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, ou penda habilitação, será a herança declarada jacente.

B) os credores de Willianácio têm o direito de pedir o pagamento das dívidas, desde que reconhecidas judicialmente, nos limites da herança.

C) seus bens serão arrecadados, ficando sob a guarda e a administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância.

D) quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada jacente.

E) a declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que legalmente se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União quando situados em território federal. Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.

Questão 2

Após o falecimento dos pais, uma Vitor, de dez anos de idade, foi colocado sob a tutela de sua avó, Miriam, de sessenta e sete anos de idade, já que constitui parente de grau mais próximo. Em relação à tutela de Vitor, considerando-se as disposições legais, é correto afirmar que a Miriam

A) poderá se escusar da tutela, sob a alegação de ser aposentada.

B) poderá se escusar da tutela, sob o fundamento de ser maior de sessenta anos.

C) não poderá se escusar da tutela, já que é o parente de grau mais próximo da criança.

D) não poderá se escusar da tutela, uma vez que tal ato é vedado pela legislação vigente.

E) poderá se escusar da tutela, pois não há qualquer previsão quanto a esta hipótese na legislação pátria, sobrevivendo, portanto, a vontade de Miriam, sem a necessidade de qualquer justificativa para a recusa.

Questão 3

Considere as hipóteses a seguir.

I. Joana é possuidora de um terreno na cidade de Brasilândia por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, não possuindo título nem boa-fé.

II. Laís exerce, por três anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre um apartamento de cento e cinquenta metros quadrados na cidade de São Paulo, na Av. Nove de Julho, o qual utiliza como sua moradia e cuja propriedade dividia com seu ex-cônjuge, Renato, que abandonou o lar. Laís não é proprietária de nenhum outro imóvel urbano ou rural.

III. Lívia é possuidora de área de terra em zona rural com cem hectares, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva pelo seu trabalho e tendo nela sua moradia, não sendo proprietária de qualquer outro imóvel rural ou urbano.

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, o domínio integral do respectivo imóvel será adquirido apenas

A) nas situações II e III.

B) nas situações I e II.

C) nas situações I e III.

D) na situação I.

E) na situação III.

Questão 4

Analise a hipótese a seguir.

Pedro, proprietário de terreno produtivo, concede à Luiz, seu vizinho, por tempo determinado e mediante escritura pública, o direito de plantar em sua propriedade. No caso narrado, ficou configurado:

- A) o direito de superfície.
- B) o direito de uso.
- C) o usufruto resolutivo.
- D) o usufruto impróprio.
- E) o comodato impróprio.

Questão 5

A multa estipulada em contrato que tenha por objeto evitar o inadimplemento da obrigação principal é denominada

- A) multa penitencial.
- B) cláusula penal.
- C) perdas e danos.
- D) arras penitenciais.
- E) multa pura e simples.

Questão 6

Assinale a alternativa correta sobre os defeitos e validade dos negócios jurídicos.

- A) Anulado o negócio jurídico realizado em fraude contra credores, a vantagem resultante será revertida em favor do autor da ação pauliana.
- B) É válido o negócio jurídico de compra e venda de bem imóvel (de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no país), com pacto de alienação fiduciária em garantia, realizado por meio de instrumento particular.
- C) É absolutamente nula a obrigação, excessivamente onerosa, assumida por alguém

que necessita salvar-se de grave dano conhecido da outra parte.

D) É anulável o negócio jurídico quando o seu motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

E) É nulo o negócio jurídico que apresente vício resultante de fraude contra credores.

Questão 7

Júlia e Leandro casaram-se no regime obrigatório de separação de bens. Enquanto estavam casados, Leandro recebeu um terreno a título de doação, e, alguns meses depois, ele faleceu.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, à luz do entendimento jurisprudencial, para fins de partilha, os bens adquiridos na constância do casamento

- A) não se comunicam entre Júlia e Leandro, exceto o terreno doado.
- B) não se comunicam entre Júlia e Leandro, ainda que seja comprovado o esforço comum para sua aquisição.
- C) comunicam-se entre Júlia e Leandro, inclusive o terreno doado.
- D) comunicam-se entre Júlia e Leandro, desde que comprovado o esforço comum para sua aquisição.
- E) comunicam-se entre Júlia e Leandro, desde que Leandro não possua herdeiros necessários maiores e plenamente capazes.

Questão 8

Quando lei que trata de matéria afeta ao direito civil continua a regulamentar fatos anteriores a sua revogação, ocorre a chamada

- A) ultratividade.
- B) retroatividade benigna.
- C) retroatividade mínima.
- D) reprecinação.
- E) vigência diferida.

Questão 9

A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de

- A) natureza patrimonial e negocial, não alcançando o direito ao voto, ao matrimônio e à sexualidade.
- B) natureza patrimonial, alcançando, porém, aqueles relativos à saúde e à educação.
- C) natureza negocial, alcançando, porém, o direito ao trabalho e à privacidade.
- D) família e patrimoniais.
- E) natureza exclusivamente patrimonial.

Questão 10

Assinale a alternativa que corresponde à regra constante da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que positivou o princípio da vigência sincrônica.

- A) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- B) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início da vigência começará a correr da nova publicação.
- C) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- D) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- E) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Direito Processual Civil

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

Questão 11

Assinale a alternativa correta:

A) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, estando excluídos dessa regra as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido; o julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos e o julgamento dos embargos de declaração.

B) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, prevalecendo sobre as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

C) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as normas do novo CPC e a equidade.

D) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado por lei.

E) O interesse do autor não pode se limitar à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.

Questão 12

Marque a alternativa correta:

A) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra conhecer de ações relativas a imóveis e móveis situados no Brasil.

B) Na cooperação internacional, o Ministério da Justiça sempre exercerá as funções de autoridade central.

C) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

D) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta no Distrito Federal.

E) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial será do juízo naquele em que houve a citação em primeiro lugar.

Questão 13

Assinale a alternativa correta.

A) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob os regimes de separação absoluta de bens e participação final nos aquestos. A recusa sem justo motivo por parte do cônjuge pode ser suprida pelo juiz.

B) Considera-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório, sendo imposta que multa deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.

C) Nas causas de grande valor, o STJ permite que o juiz considere o valor “inestimável” para arbitrar os honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §8º, CPC.

D) Contra a decisão que deferir a gratuidade, a parte contrária pode interpor agravo de instrumento.

E) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, mesmo que já tenha sido constituído advogado.

Questão 14

Marque a alternativa incorreta.

A) Se houver litisconsórcio necessário unitário passivo, a falta de citação de qualquer dos réus torna a sentença de mérito nula. Já se houver litisconsórcio necessário simples, a sentença é válida e eficaz em relação àquele que participou do feito, mas ineficaz em relação àquele que não foi citado.

B) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá discutir o conteúdo da decisão em processo posterior, já que sofre os efeitos da coisa julgada assim como os demais sujeitos do processo.

C) O juiz pode determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária. Um exemplo é a suspensão da CNH como medida coercitiva para cumprimento de obrigação de pagar.

D) Há impedimento para o juiz atuar em processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

E) Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública serão civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

Questão 15

Considerando o NCPC, a resposta correta é:

A) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Nesses casos, o juiz controlará a validade das convenções, nunca de ofício, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

B) sentença é todo pronunciamento por meio do qual o juiz aplica os arts. 485 e 487.

C) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

D) O prazo impróprio para o juiz proferir despacho é, em regra, de 5 dias; decisão interlocutória, 10 dias, e sentenças, prazo de 30 dias.

E) Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, não será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.

Questão 16

Marque a alternativa incorreta:

A) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão, sendo requisitos de admissibilidade da cumulação que os pedidos sejam compatíveis entre si; seja competente para conhecer deles o mesmo juízo; seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

B) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.

C) A confissão judicial somente pode ser espontânea.

D) Se o réu alegar qualquer das matérias do art. 337, CPC, bem como fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.

E) A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto. Se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva.

Questão 17

A resposta incorreta, conforme enunciados das Jornadas do Conselho da Justiça Federal, é:

A) O art. 356 do CPC pode ser aplicado nos julgamentos dos tribunais.

B) É admissível a concessão de tutela da evidência fundada em tese firmada em incidente de assunção de competência.

C) Se o recurso do qual se originou a decisão embargada comportou a aplicação da técnica do art. 942 do CPC, os declaratórios eventualmente opostos serão julgados com a composição ampliada.

D) A reiteração pelo exequente ou executado de matérias já preclusas pode ensejar a aplicação de multa por conduta contrária à boa-fé.

E) É impossível a conversão de Incidente de Assunção de Competência em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, se demonstrada a efetiva repetição de processos em que se discute a mesma questão de direito, pois os institutos têm peculiaridades e naturezas próprias.

Questão 18

Segundo o NCPC, é incorreto afirmar::

A) Haverá remessa necessária quando o Município que constitua capital dos Estados for condenado em quantia superior a 100 salários-mínimos.

B) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

C) Quando alegar sua ilegitimidade, réu não mais fará a nomeação à autoria, mas indicará o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

D) São títulos executivos extrajudiciais o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.

E) A expropriação consiste em adjudicação; alienação; apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.

Questão 19

Assinale a alternativa incorreta:

A) Quando o executado não possuir bens penhoráveis, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano. Decorrido o prazo sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente, que terá o prazo igual à da prescrição da ação de conhecimento.

B) Se o advogado deu entrada no recurso, no último dia do prazo, no setor da contadoria do Tribunal em vez de ser no protocolo, ainda assim o recurso terá que ser considerado tempestivo.

C) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica

D) Publicado o acórdão paradigma dos recursos especiais ou extraordinários repetitivos, a parte poderá desistir da ação em curso no primeiro grau de jurisdição, antes de proferida a sentença, se a questão nela discutida for idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia. Tal desistência não precisa da anuência da parte contrária.

E) O agravante requererá, no prazo de 3 dias, a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso. Se descumprir tal exigência, o juiz, de ofício, considerará o agravo inadmissível.

Questão 20

Assinale a assertiva de acordo com os diplomas normativos da Tutela Coletiva:

A) Na ação de improbidade, é possível a transação, acordo ou conciliação.

B) Não tem legitimidade para propor ação civil pública a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

C) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o processo é extinto sem resolução do mérito.

D) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser difusos, coletivos e individuais homogêneos.

E) Segundo a Lei de ação popular, são nulos os atos lesivos ao patrimônio de certas entidades, nos casos de incompetência; vício de forma; ilegalidade do objeto; inexistência dos motivos; desvio de finalidade.

Direito do Consumidor

Questão 21

No que diz respeito ao Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

A) O Código de Defesa do Consumidor define o consumidor como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário, ainda que intermediário.

B) As normas contidas no Código de Defesa do Consumidor são definidas como normas dispositivas.

C) A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

D) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, gratuito ou remunerado, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

E) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades públicas, e essas deverão emitir alertas aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

Questão 22

Assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a aplicação do CDC:

A) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor - CDC ao contrato de transporte de mercadorias vinculado a contrato de compra e venda de insumos.

B) O franqueado não é consumidor de produtos ou serviços da franqueadora, mas sim a pessoa que os comercializa junto a terceiros, estes sim, os destinatários finais.

C) A cláusula penal moratória tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se sua cumulação com lucros cessantes.

D) A instituição financeira responde por vício na qualidade do produto ao emitir comprovantes de suas operações por meio de papel termossensível.

E) É cabível o reembolso de despesas efetuadas por beneficiário de plano de saúde em estabelecimento não contratado, credenciado ou referenciado pela operadora, salvo se a situação não se caracterize como caso de urgência ou emergência, limitado ao valor da tabela do plano de saúde contratado.

Questão 23

Paulo saía do estacionamento de um supermercado, em velocidade de 15km/hr, fazendo uso de cinto de segurança, quando, para desviar de Pedro, que atravessou a rua abruptamente, colidiu em um poste. Imediatamente, o air bag do veículo foi acionado, causando diversas lesões no rosto de Paulo. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta.

A) O air bag não é projetado para evitar ferimentos, mas sim para tentar evitar o pior, de modo que a fabricante não poderá ser responsabilizada pelos danos, pois o produto atingiu o fim esperado.

B) O air bag será considerado defeituoso caso outro de melhor qualidade seja colocado no mercado.

C) A comprovação de graves lesões decorrentes da abertura de air bag no acidente, em baixa velocidade, configura a responsabilidade objetiva da montadora de veículos pela reparação dos danos ao consumidor.

D) O air bag é mecanismo de periculosidade inerente, de modo que Paulo apenas será indenizado pelas lesões ocorridas, caso ele comprove, por meio de perícia, a culpa do fabricante, vez que o air bag não deveria ter sido acionado, em razão da baixa velocidade em que transitava.

E) Em se tratando de produto de periculosidade inerente, cujos riscos são normais à sua natureza e previsíveis, eventual dano por ele causado ao consumidor não enseja a responsabilização do fornecedor, vez que não se pode dizer que o produto é defeituoso.

Questão 24

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

A) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, exceto quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações consumeristas.

C) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações consumeristas.

D) As sociedades coligadas não responderão por culpa.

E) O franqueador responde de forma solidária com o franqueado pelos danos causados aos consumidores.

Questão 25

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens a seguir, a respeito de relações consumeristas:

I - Caso o cliente tenha adquirido passagens aéreas de ida e volta na categoria promocional, mas não compareça ao embarque no trecho de ida, será válido o cancelamento unilateral e automático da passagem relativa ao trecho de volta, em razão da necessidade de equacionamento dos custos e riscos da fornecedora do serviço de transporte aéreo.

II - Não existindo anotação irregular nos órgãos de proteção ao crédito, a mera cobrança indevida de serviços ao consumidor não gera danos morais presumidos.

III - A ação de indenização por danos morais decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes se sujeita ao prazo quinquenal do art. 27 do CDC.

IV - O dano moral coletivo é aferível in re ipsa, ou seja, sua configuração decorre da mera constatação da prática de conduta ilícita que, de maneira injusta e intolerável, viole direitos de conteúdo extrapatrimonial da coletividade, revelando-se despicienda a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral.

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Apenas I, II e III estão corretos.
- C) Apenas II e III estão corretos.
- D) Apenas II e IV estão corretos.
- E) Apenas II, III e IV estão corretos.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 26

Considerando a proteção da criança e do adolescente, é correto afirmar.

- A) De acordo com o ECA, considera-se tratamento cruel a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico.
- B) A falta ou a carência de recursos materiais, a depender do caso concreto, constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- C) De acordo com o STJ, é defeso ao Judiciário, que não pode substituir a função administrativa do gestor público, obrigar o Estado a implantar plantão de 24 horas na Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude, pois essa atuação seria verdadeiro controle de mérito.
- D) O ECA, em seu texto original, registrou como infração administrativa: “transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação”. No entanto, de acordo com o STF, é inconstitucional a expressão “em horário diverso do autorizado”.
- E) A condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar.

Questão 27

Acerca da apuração do ato infracional e da aplicação das medidas socioeducativas, é correto afirmar

- A) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- B) Cabe ao magistrado decidir sobre regressão da medida socioeducativa, sendo facultativa a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão.
- C) O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, é suficiente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente
- D) No cumprimento da medida socioeducativa de internação, não será permitida a realização de atividades externas.

E) Excepcionalmente, a depender de pronunciamento judicial, será permitido que a internação ultrapasse três anos.

Questão 28

Quanto ao direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente, assinale a opção correta

- A) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 06 (seis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- B) O acolhimento institucional pressupõe a perda do poder familiar, razão pela qual, nessa condição, será inviável a convivência da criança com os pais.
- C) Em caso de necessidade, a busca à família extensa da criança e do adolescente respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.
- D) A criança em programa de acolhimento institucional ou familiar, em razão da incompatibilidade dos institutos, não poderá participar de programa de apadrinhamento.

E) Participar de programa de apadrinhamento pressupõe criação de vínculos. Em razão disso, apenas pessoas físicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

Questão 29

Acerca colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

A) Tratando-se de maior de 14 (quatorze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

B) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, salvo aos pais.

C) É possível constituir o vínculo da adoção por acordo extrajudicial entre os pais biológicos e o adotante. Esse ajuste, após homologação pelo juiz, será inscrito no registro civil;

D) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

E) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.

Questão 30

Considerando a jurisprudência do STJ e as disposições criminais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

A) De acordo com o STJ, a prática de crimes em concurso com dois adolescentes dá ensejo, além da responsabilização pelo crime principal, à condenação por crime único de corrupção de menores.

B) É atípica a conduta de armazenar fotografias de conteúdo pornográfico envolvendo criança ou

adolescente, quando os órgãos genitais estejam cobertos por peças de roupas.

C) O crime de corrupção de menores é crime formal, razão pela qual a consumação do delito independe da prova efetiva da corrupção do infante.

D) Os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente são de ação pública incondicionada e condicionada.

E) Não se admite a forma culposa quanto ao crime de deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no ECA.

Direito Penal

Questão 31

Sobre os crimes contra a Administração da Justiça, assinale a alternativa correta:

A) Permanecer no território nacional o estrangeiro que foi expulso é conduta criminosa.

B) Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente é conduta delitativa, mesmo que não seja instaurado um procedimento de investigação.

C) Dar causa à investigação policial, imputando-lhe contravenção penal de que sabe inocente, é conduta atípica.

D) O falso testemunho deixa de ser punível se o agente se retrata ou declara a verdade, desde que o faça até o recebimento da denúncia ou queixa.

E) Se não houver emprego de violência, o crime de exercício arbitrário das próprias razões é de ação penal pública incondicionada.

Questão 32

Assinale a alternativa INCORRETA sobre as disposições do Código Penal sobre penas:

A) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro ao fundo penitenciário, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.

B) O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.

C) O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

D) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, mesmo que o condenado seja reincidente, se a medida for socialmente recomendável e a reincidência não for específica.

E) Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena de prestação de serviços à comunidade em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

Questão 33

Joana tem um filho de 8 anos de idade. Certo dia, convida Mário, que sequer sabia que ela era mãe, para sua casa, após colocar o filho para dormir. O casal vai para o quarto e pratica atos sexuais, sem fechar a porta. O filho de Joana ouve barulho, entra no quarto e vê o casal praticando sexo. Depois, conta o caso na escola, o que leva a diretora a comunicar o caso à Polícia.

Assinale a alternativa correta sobre os crimes praticados:

A) Joana praticou o crime de corrupção de menor, sendo que Mário praticou fato atípico.

B) Joana praticou o crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente; enquanto Mário não pode ser responsabilizado penalmente.

C) Joana deve responder pelo crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente na forma dolosa, enquanto Mário deve responder na forma culposa.

D) Joana deve responder pelo crime de corrupção de menor, enquanto Mário pode responder por satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

E) Joana e Mário não podem ser responsabilizados penalmente.

Questão 34

Fernando abordou Ester, com o uso de um caco de vidro para intimidá-la, e exigiu a entrega de sua bolsa, com uma carteira com dinheiro em espécie e seu cartão bancário. Na sequência, exigiu também que ela lhe fornecesse a senha do cartão, no que foi atendido pela vítima.

No dia seguinte, subtraiu uma bicicleta de luxo que estava estacionada em um poste, após quebrar o cadeado que a prendia.

Verifique qual a alternativa correta com relação aos crimes praticados por Fernando:

A) Fernando praticou, em continuidade delitiva, um roubo simples e um furto qualificado.

B) Fernando deve responder, em concurso material, pelos crimes de roubo simples, extorsão e furto qualificado.

C) Fernando deve responder, em concurso formal, pelo roubo simples e pela extorsão, além do furto qualificado, em concurso material.

D) Fernando deve responder, em concurso formal, pelos crimes de roubo qualificado e de extorsão, além da continuidade delitiva deles com o crime de furto.

E) Fernando deve responder, em concurso material, pelos crimes de roubo qualificado, extorsão e furto simples.

Questão 35

Acerca dos crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa incorreta:

A) O crime de importunação sexual é expressamente subsidiário, além de exigir elemento subjetivo especial do tipo.

B) O chamado estelionato sexual se configura se o sujeito se passa por seu irmão gêmeo, enganando a namorada dele, e obtém, com isso, vantagem sexual.

C) O crime de assédio sexual se configura no caso de o professor se aproveitar da sua função para constranger uma aluna para obter vantagem sexual, segundo posição consolidada no STJ.

D) Segundo entende o STJ, para a configuração do crime de estupro de vulnerável, é irrelevante a existência de relacionamento amoroso com o agente.

E) Mesmo a prostituta pode ser vítima do crime favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

Questão 36

Assinale a alternativa que não representa um entendimento consolidado do STJ:

A) A sentença condenatória interrompe a prescrição quando há a sua publicação no órgão oficial.

B) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

C) O prazo prescricional da pretensão executória começa a correr com o trânsito em julgado para a acusação.

D) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

E) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

Questão 37

Assinale a alternativa que indique uma combinação entre uma teoria da conduta e um pensamento defendido por ela:

A) Teoria finalista: o dolo é normativo, ou, em outros termos, dolus bonus.

B) Teoria causalista: a culpabilidade é psicológica, podendo ter como elemento o dolo ou a culpa.

C) Teoria neokantista: o dolo é natural, já que a consciência da ilicitude é atual para referida concepção.

D) Teoria social da ação: o crime deve ter uma concepção sociológica, admitindo analogia na definição da norma penal incriminadora.

E) Teoria clássica: a culpabilidade é normativa, já que dolo e culpa fazem parte da conduta, ou seja, do fato típico.

Questão 38

Leia os seguintes itens sobre a classificação de crimes:

I – O crime de falso testemunho, por ser de mão própria, não comporta coautoria, mas admite participação, segundo a doutrina majoritária.

II - O crime de incêndio é crime de perigo abstrato, porque a lei presume o perigo de forma absoluta.

III – Crime comissivo por omissão é aquele previsto em um tipo mandamental, em que o núcleo do tipo corresponde a um “não fazer”.

IV – Progressão criminosa se verifica quando o agente modifica o elemento subjetivo, buscando um resultado mais grave com sua conduta.

V – A extorsão mediante sequestro é crime classificado como de tendência interna transcendente de resultado cortado.

Estão corretas as seguintes assertivas:

A) II e III.

B) I, IV e V.

C) IV e V.

D) I, III e V.

E) I, II e IV.

Direito Processual Penal

Questão 39

Assinale a alternativa correta em relação às sentenças no processo penal:

A) A sentença condenatória deverá sempre ser publicada na íntegra, por expressa disposição legal.

B) A sentença conterá a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão, sendo

desnecessária a indicação dos artigos de lei aplicados.

C) Em caso de aditamento da peça acusatória inicial, cada parte poderá arrolar até cinco testemunhas.

D) Nas ações penais públicas, o juiz não poderá reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas na denúncia.

E) Quando da sentença, ao atribuir ao fato definição jurídica diversa, o juiz deve verificar sobre a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo.

Questão 40

A respeito dos procedimentos no processo penal, assinale a alternativa correta:

A) Dentro do procedimento especial referente aos crimes funcionais praticados por funcionários públicos, segundo entendimento do STJ, é desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal na ação penal instruída por inquérito policial.

B) A quantidade de testemunhas que poderão ser arroladas na instrução do rito comum ordinário corresponde até 8 (oito) para acusação e até 8 (oito) para a defesa conforme art. 401 do CPP. Já na instrução do rito sumário a quantidade de testemunhas é de até 3 (três) para a acusação e 3 (três) para a defesa, em consonância com o art. 532 do CPP.

C) Admite-se a aplicação subsidiária das disposições do procedimento ordinário aos procedimentos sumário e especiais, mas não ao sumaríssimo.

D) Finda a instrução, as partes têm o prazo legal de 24 horas para requerer diligências que repute imprescindíveis ao deslinde da causa.

E) Adotar-se-á o procedimento comum sumário, quando o processo tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 41

Sobre as questões e processos incidentes no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Caso o juiz repute séria e fundada uma controvérsia sobre o estado civil de pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

B) O Código de Processo Penal prevê a oposição de exceção de suspeição às autoridades policiais nos atos de inquérito.

C) A suspensão do curso da ação penal com base nas questões prejudiciais dos arts. 92 e 93 do CPP será decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes.

D) A suspeição dos jurados deverá ser arguida oralmente, decidindo de plano do presidente do Tribunal do Júri, que a rejeitará se, negada pelo recusado, não for imediatamente comprovada, o que tudo constará da ata.

E) O Código de Processo Penal admite a arguição de suspeição de serventuários ou funcionários da justiça.

Questão 42

Assinale a alternativa correta a respeito da jurisprudência dos tribunais superiores sobre competência no processo penal:

A) Compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

B) A conexão determina a reunião dos processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.

C) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.

D) Compete ao foro do local da emissão processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

E) Compete à Justiça Federal o processamento e julgamento de contravenções penais praticadas

em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.

Questão 43

Nos termos do CPP, caberá recurso em sentido estrito da decisão:

- A) que concluir pela competência do juízo.
- B) que julgar improcedente as exceções, salvo a de suspeição.
- C) do Tribunal do Júri, quando ocorrer erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena.
- D) que indeferir pedido de suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.
- E) que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.

Questão 44

No que diz respeito à disciplina do CPP em relação às provas, assinale a alternativa correta:

- A) Documentos em língua estrangeira só poderão ser juntados aos autos após obrigatoriamente traduzidos por tradutor público ou pessoa idônea nomeada pela autoridade.
- B) Por documento se entende apenas o escrito, em papel, produzido ou subscrito por particular.
- C) À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.
- D) Os documentos particulares, para servirem como provas hábeis, deverão ser submetidos a exame pericial.
- E) As partes sempre poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo.

Questão 45

Assinale a alternativa correta quanto às nulidades no processo penal.

- A) A falta de advertência ao réu sobre o direito de permanecer em silêncio durante o interrogatório policial é causa de nulidade processual absoluta.

B) As omissões da denúncia ou da queixa constituem caso de nulidade insanável, porque prejudiciais à defesa.

C) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

D) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, salvo se declarar que o faz para o único fim de argui-la.

E) O tribunal poderá reconhecer, de ofício, nulidade em prejuízo do réu, ainda que ela não tenha sido arguida no recurso da acusação.

Questão 46

Assinale a alternativa correta quanto à disciplina legal do inquérito policial:

A) Tomando conhecimento da prática de um crime cuja ação penal é pública condicionada à representação do ofendido, poderá a autoridade policial, *ex officio*, determinar a instauração de inquérito policial para investigação dos fatos.

B) O inquérito policial referente a indiciado preso preventivamente deverá terminar no prazo de 10 dias, contado o prazo, nesta hipótese, do dia em que houver comunicação da prisão ao juiz competente.

C) Estando o indiciado solto, o inquérito policial deverá ser concluído, impreterivelmente, no prazo de 30 (trinta) dias, não havendo previsão legal para a sua dilação.

D) Para prevenção e repressão de crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o Ministério Público ou autoridade policial pode requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem meios para localização da vítima ou suspeitos do crime.

E) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

Legislação Penal Especial

Questão 47

No crime de tráfico de drogas, NÃO constitui causa de aumento da pena

- A) a transnacionalidade do delito.
- B) a toxicidade da substância.
- C) o emprego de arma de fogo.
- D) o transporte entre Estado da Federação e o Distrito Federal.
- E) o custeio da prática do delito.

Questão 48

Acerca do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os crimes previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9099/95 e todos os institutos despenalizadores previstos, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.
- B) Considera-se idoso pessoa maior de 65 anos, conforme disposto na CF/88 a gratuidade dos transportes coletivos aos maiores de 65 anos de idade.
- C) Os crimes descritos no Estatuto do Idoso são todos de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando a causa excludente de culpabilidade da escusa absolutória ou imunidade penal absoluta e relativa.
- D) O Estatuto do Idoso, ao considerar como idosa a pessoa a partir de 60 (sessenta) anos de idade, alterou o artigo 115 do Código Penal, que prevê a redução do prazo prescricional apenas quando o acusado é maior de 70 (setenta) anos de idade ao tempo da sentença condenatória.
- E) Para a conduta de desviar bens do idoso, prevista no art. 102 da Lei n. 10.741/2003, há necessidade de prévia posse por parte do agente, restrita à hipótese de apropriação.

Questão 49

São crimes que se configuram durante a investigação e a obtenção de provas, previstos na Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), EXCETO:

- A) Quem, de forma indevida, se apossa, propala, divulga ou faz uso dos dados cadastrais de que trata esta Lei.
 - B) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.
 - C) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes.
 - D) Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito.
 - E) Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa.
- Questão 50**
- No que se refere às leis penais especiais, assinale a alternativa CORRETA.
- A) Os crimes definidos na lei de licitações podem sujeitar os seus autores, quando servidores públicos, às sanções penais e à perda do cargo, do emprego, da função ou do mandato eletivo, mas, apenas, se os delitos, de fato, se consumarem.
 - B) O ato de se apropriar de bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso será punido independentemente da posse ou detenção prévia nos termos do estatuto do idoso.
 - C) Abrir alguém, no exercício de profissão de serralheiro ou ofício análogo, a pedido ou por incumbência de pessoa de cuja legitimidade não se tenha certificado previamente, fechadura ou qualquer outro aparelho destinado à defesa de lugar ou objeto
 - D) A chamada propaganda enganosa, ou seja, a afirmação falsa ou enganosa sobre natureza, característica ou qualidade de produto ou serviço nas relações de consumo, pode gerar indenização

por danos morais, mas não constitui infração penal.

E) O Estatuto do Índio, ao preceituar sobre as disposições penais, trata de diversas situações de crimes praticados contra os índios, mas não dispõe sobre qualquer benesse em caso de crime praticado por índio.

Questão 51

De acordo com a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente assinale a alternativa correta.

A) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a 3 (três) anos.

B) Não há previsão expressa de desconsideração da personalidade jurídica de empresas que praticam crimes ambientais.

C) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é causa excludente de culpabilidade.

D) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos, valor esse não deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

E) Não é crime o abate de animal em razão de seu caráter nocivo, a critério do Magistrado.

Questão 52

A Lei Ordinária nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 dispõe sobre os Crimes Falimentares, sobre os quais é CORRETO afirmar:

A) Os únicos efeitos decorrentes da condenação transitada em julgado de crimes previstos na Lei Ordinária nº. 11.101/2005 são: a inabilitação para o exercício de atividade empresarial e o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas à Lei de Falências e Recuperação de Empresas.

B) A prescrição dos crimes previstos nesta Lei rege-se pelas disposições do Código Penal, começando a correr do dia da consumação do crime falimentar.

C) A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial é condição objetiva de procedibilidade das infrações penais falimentares.

D) Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, os seus sócios, diretores, gerentes, administradores e conselheiros, de fato ou de direito, bem como o administrador judicial, não se equiparam ao devedor ou falido para todos os efeitos penais decorrentes desta Lei.

E) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, será notificado o Registro Público de Empresas para que tome as medidas necessárias para impedir novo registro em nome dos inabilitados.

Questão 53

A respeito da lei de lavagem e ocultação de bens e capitais, indique a alternativa INCORRETA:

A) O processo e julgamento dos crimes previstos nesta lei independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país.

B) O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes.

C) A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

D) São da competência da Justiça Federal quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

E) Existe agravante específica para a hipótese do delito de lavagem ser praticado por intermédio de organização criminosa.

Direito Constitucional

Questão 54

Quanto ao remédio constitucional mandado de segurança, assinale a opção correta.

A) os representantes ou órgãos de partidos políticos e os dirigentes de estabelecimento de ensino superior não são considerados “autoridade coatora” para o fim de legitimidade passiva do mandado de segurança.

B) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra a autoridade delegante cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

C) Cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei dos Juizados Especiais (9099/95).

D) É lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessário, desde que antes de eventual sentença concessiva do writ constitucional.

E) Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

Questão 55

Uma autoridade pública ordenou a prática de ato ilegal contra determinada pessoa jurídica, agindo com abuso de poder e violando direito líquido e certo dessa pessoa jurídica. A prejudicada impetrou mandado de segurança e indicou erroneamente a autoridade coatora. Entretanto,

vinculada hierarquicamente à autoridade coatora, a autoridade indicada, mesmo não sendo a coatora, manifestou-se no mérito ao prestar informações. Os demais requisitos legais do remédio constitucional foram todos preenchidos. Nessa situação hipotética, considerando-se que não houve modificação de competência estabelecida pela Constituição Federal de 1988, o juiz deverá, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores,

A) determinar a emenda à inicial, para que o impetrante indique corretamente a autoridade coatora.

B) declarar a nulidade processual, em razão de ilegitimidade passiva da autoridade indicada.

C) declarar a invalidade da manifestação da autoridade indicada, chamando ao processo a autoridade coatora legítima.

D) aplicar a teoria da encampação, considerando legítima a autoridade indicada como coatora para figurar no polo passivo,

E) Declarar a demanda extinta sem julgamento do mérito em virtude do erro manifesto cometido, segundo a jurisprudência do supremo Tribunal Federal.

Questão 56

Com relação à súmula vinculante, é correto afirmar que

A) é dotada de caráter geral e abstrato, produzindo eficácia erga omnes e efeito vinculante, o qual autoriza a condenação por litigância de má-fé de particular que tenha ajuizado ação contrária ao teor de súmula editada.

B) a súmula vinculante se caracteriza por ser súmula impeditiva de recursos.

C) opera-se a sua caducidade automática, se a lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante for revogada ou modificada.

D) o efeito vinculante atinge o Poder Legislativo, em razão do que cabe questionar perante o Judiciário a validade de lei que seja contrária ao teor de súmula vinculante.

E) somente após o esgotamento das vias administrativas será admitido o uso da reclamação constitucional contra omissão ou ato da Administração Pública contrários ao teor de enunciado de súmula vinculante.

Questão 57

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o processo administrativo disciplinar, é INCORRETO afirmar que:

A) O excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar não conduz à sua nulidade automática, devendo, para tanto, ser demonstrado o prejuízo para a defesa.

B) Não é possível a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, porquanto tal medida violaria os princípios da ampla defesa e do contraditório.

C) O termo inicial do prazo prescricional em processo administrativo disciplinar começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela Administração, conforme prevê o art. 142, § 1º, da Lei 8.112/90..

D) O prazo da prescrição no âmbito administrativo disciplinar, havendo sentença penal condenatória, deve ser computado pela pena em concreto aplicada na esfera penal.

E) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição (Súmula Vinculante n. 5 do STF).

Questão 58

Relativamente ao regime constitucional do orçamento público e considerando o entendimento do STF a respeito do tema, é incorreto afirmar que

A) é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária.

B) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade..

C) A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

D) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma centralizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

E) A vedação à vinculação da receita é norma que preserva a separação dos poderes, o princípio democrático e a responsabilidade fiscal, de modo que o artigo 167, IV, da Constituição deve ter simétrica aplicação por todos os entes da Federação.

Questão 59

Considerando a disciplina constitucional a respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção **incorreta**:

A) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

B) será admitida a desistência, desde que ouvido o Advogado-Geral da União, a quem compete defender o ato ou texto impugnado.

C) No julgamento do pedido de medida cautelar em ADI, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato.

D) Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator da ADI requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir

depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

E) A medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão poderá consistir na suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado, no caso de omissão parcial, bem como na suspensão de processos judiciais ou de procedimentos administrativos.

Questão 60

Acerca do regime da reclamação constitucional, assinale a opção correta.

A) A jurisprudência do STF permite excepcionalmente a reclamação fundada na teoria da transcendência dos motivos determinantes de acórdão com efeito vinculante..

B) O STF assevera que a reclamação constitucional é a via adequada para a parte questionar eventual demora na apreciação de recursos interpostos pela via ordinária.

C) Com fundamento no princípio da presunção de inocência, é possível o manejo da reclamação para discutir procedimentos ou eventuais nulidades do inquérito policial.

D) não caberá reclamação por inobservância a precedente com repercussão geral reconhecida enquanto couberem recursos na instância de origem, não se considerando entre esses os chamados "recursos facultativos" (embargos de declaração; embargos de divergência, entre outros), e quando a decisão comportar recurso para o Supremo.

E) o Ministério Público estadual, ainda que atue no desempenho de suas prerrogativas institucionais e no âmbito de processos cuja natureza justifique a sua formal participação (quer como órgão agente, quer como órgão interveniente), não dispõe, ele próprio, de legitimidade para ajuizar reclamação, em sede originária, perante o STF.

Questão 61

Assinale a opção correta a respeito da Educação, dos Índios, da Comunicação Social e da disciplina constitucional do meio ambiente.

A) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País,.

B) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são bens da União, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

C) Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de quinze anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

D) A não renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

E) O ensino religioso nas escolas públicas não pode nem deve ser confessional ou interconfessional, pois a não confessionalidade do ensino religioso na escola pública traduz consequência necessária do postulado inscrito na nossa vigente Constituição, da laicidade do Estado Republicano brasileiro.

Questão 62

Com relação às atribuições e ao regime jurídico e responsabilidades do presidente da República, processo legislativo e as normas constitucionais referentes aos Tribunais de Contas, assinale a opção correta:

A) A iniciativa popular de lei pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não

menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

B) A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a iniciativa da matéria, tem o condão de sanar o vício de inconstitucionalidade formal.

C) É constitucional norma que fixa a competência dos Tribunais de Contas Estaduais e de Câmaras Municipais para análise da prestação de contas da aplicação de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, repassados aos Estados e Municípios.

D) não há direito adquirido a regime jurídico referente à composição dos vencimentos de servidor público, podendo o Tribunal de Contas da União concluir pela ilegalidade do ato de concessão de aposentadoria se a conclusão obtida, embora respeitando decisão judicial transitada em julgado, se fundamenta na alteração do substrato fático-jurídico em que proferido a decisão.

E) A imunidade do chefe de Estado à persecução penal pode ser reproduzida pelos Estados Membros, pois as prerrogativas contempladas na Lei Fundamental são extensíveis aos Governadores de Estado em razão do princípio da simetria.

Questão 63

Nos termos do regime constitucional destinado à ciência, tecnologia e inovação,

A) a lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

B) a pesquisa científica básica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

C) fica vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros nas atividades de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação

desenvolvidas no país, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

D) fica vedada a concessão de meios e condições especiais de trabalho àqueles que desenvolvam atividades de extensão tecnológica, assegurando-se condições e parâmetros similares de trabalho aos que se dediquem com exclusividade à ciência, tecnologia e inovação.

E) o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SINCTI será estruturado em lei federal, bem como organizado em regime de colaboração entre instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

Direito Eleitoral

Questão 64

Acerca dos princípios no Direito Eleitoral, assinale a opção correta.

A) O sistema eleitoral de escolha dos representantes políticos é fundado nos princípios majoritário e proporcional. No primeiro, privilegia-se a figura do partido, pois quanto maior o número de votos válidos da agremiação política, maior será o número de representantes eleitos. O princípio proporcional, por outro lado, estabelece que será eleito o candidato que obtiver maioria dos votos, independente do total de votos do partido.

B) Em razão do princípio da legalidade, resoluções do TSE não podem ser consideradas fontes do Direito Eleitoral.

C) Considera-se duração razoável do processo que possa resultar em perda de mandato eletivo o período máximo de 1 (um) ano, contado da sua apresentação à Justiça Eleitoral.

E) No Direito Eleitoral, se as normas eleitorais não impuserem restrições ao exercício dos direitos políticos, é cabível ao magistrado, com base na proporcionalidade e razoabilidade, restringir as prerrogativas do candidato ou do eleitor, a depender do caso concreto.

E) Aos fatos anteriores a sua vigência, é inaplicável o novo prazo de inelegibilidade introduzido no ordenamento pela Lei da Ficha Limpa, pois se trata

de hipótese de sanção e é vedado, em nosso ordenamento, a retroatividade da lei mais grave.

Questão 65

Acerca da propaganda eleitoral, é correto afirmar

A) Embora a lei eleitoral possua previsão no sentido de que, encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, essa norma foi declarada inconstitucional pelo STF, pois foi interpretada como censura prévia.

B) As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita.

C) Não é permitida, no dia das eleições, a manifestação individual da preferência do eleitor por partido político, ainda que silenciosa.

D) Fica vedada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, inclusive para a sonorização de comícios.

E) Independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do candidato, mas não da coligação ou do partido.

Questão 66

Quanto aos crimes previstos no Código Eleitoral e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a opção correta

A) As infrações penais definidas no Código Eleitoral são de ação pública ou de ação penal privada.

B) Resolução do TSE pode condicionar a instauração de inquérito policial eleitoral à autorização do Poder Judiciário, pois trata-se de procedimento de natureza especial.

C) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

D) O reconhecimento da prescrição da pretensão executória pela Justiça Comum afasta a inelegibilidade eleitoral, pois extingue os efeitos secundários da condenação.

E) Constitui crime punido com pena de reclusão inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado.

Questão 67

Acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta.

A) O partido político, pessoa jurídica de direito público, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

B) É vedado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

C) Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos que tenham obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 3 (três) anos.

D) É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de pessoas físicas que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, ou cargo ou emprego público temporário, ressalvados os filiados a partido político.

E) O partido político é litisconsorte passivo necessário em ações que visem à cassação de diploma.

Questão 68

Sobre os recursos no sistema processual eleitoral, é correto afirmar.

- A) O Tribunal dará preferência ao recurso sobre quaisquer outros processos, ressalvados os de habeas corpus, habeas data e de mandado de segurança
- B) São preclusivos os prazos para interposição de recurso, ainda quando neste se discutir matéria constitucional.
- C) Os embargos de declaração serão opostos no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de publicação da decisão embargada, em petição dirigida ao juiz ou relator, com a indicação do ponto que lhes deu causa.
- D) É cabível recurso especial eleitoral para simples reexame do conjunto fático-probatório
- E) Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo e a execução de qualquer acórdão será feita imediatamente, através de comunicação por ofício, telegrama, ou, em casos especiais, a critério do presidente do Tribunal, através de cópia do acórdão.

Questão 69

Acerca da propaganda eleitoral na internet, é incorreto afirmar

- A) É permitida a propaganda eleitoral na internet após o dia 15 de agosto do ano da eleição.
- B) É vedado à entidade esportiva a utilização, doação ou cessão de cadastro eletrônico de seus clientes, em favor de candidatos, partidos ou coligações. No entanto, é válida a venda de cadastros de endereços eletrônicos.
- B) O provedor de conteúdo ou de serviços multimídia só será considerado responsável pela divulgação da propaganda se a publicação do material for comprovadamente de seu prévio conhecimento.
- D) As mensagens eletrônicas enviadas por candidato, partido ou coligação, por qualquer meio, deverão dispor de mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, obrigado

o remetente a providenciá-lo no prazo de quarenta e oito horas.

E) A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada, dentre outras maneiras, por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação.

Questão 70

A empresa Alfa fez elevada doação ao candidato Y durante as eleições para o parlamento federal no ano de 2014. As autoridades competentes, ao tomarem conhecimento dessa transferência de recursos, verificaram os seguintes fatos durante investigação específica: (i) os recursos foram contabilizados apenas parcialmente; (ii) há forte indício do cometimento do crime de corrupção por parte dos agentes públicos e privados envolvidos e (iii) é também latente a evidência da ocultação do patrimônio por parte dos mesmo agentes.

Nesse caso, de acordo com a legislação pertinente e posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- A) Na atualidade, doações aos partidos políticos e aos candidatos estão integralmente proibidas, sejam elas provenientes de empresas ou de pessoas físicas.
- B) É permitida a doação empresarial a candidatos e partidos políticos, desde que registrada na Justiça Eleitoral.
- C) A competência para o julgamento de todas as irregularidades apontadas é da Justiça Federal comum, pois os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro não estão previstos em lei eleitoral.
- D) Eventual procedimento criminal deve ser cindido. A apuração de recursos não contabilizados (caixa dois) deve ser conhecida pela Justiça Eleitoral e as demais infrações devem ser processadas no âmbito da Justiça Federal comum.
- E) Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos. Assim, considerando sua natureza especial, caberá à Justiça Eleitoral conhecer toda a apuração, desde que haja conexão.

Direito Empresarial

Questão 71

De acordo com a regra do *contra proferentem*:

- A) O trespasse é fraudulento quando o alienante não possui bens para arcar com o passivo.
- B) A dúvida sobre a interpretação de um contrato beneficia a parte que não redigiu a cláusula disputada.
- C) Uma ação não pode ser emitida por preço inferior ao seu valor nominal.
- D) O segredo industrial não se submete a prazo de proteção.
- E) Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.

Questão 72

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica da EIRELI, com a Lei nº 13.874/19 (MP nº 881/19 – “MP da Liberdade Econômica”):

- A) Foram mantidas as mesmas hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica para EIRELI.
- B) A EIRELI foi excluída, totalmente, da incidência do *disregard doctrine*.
- C) Consagrou-se modalidade de desconsideração da personalidade jurídica mais restrita para EIRELI.
- D) Afastou-se o desvio de finalidade como um dos seus pressupostos.
- E) Afastou-se a confusão patrimonial como um dos seus pressupostos.

Questão 73

São sociedades unipessoais:

- A) a sociedade subsidiária integral, a sociedade temporariamente unipessoal, a sociedade unipessoal de advocacia e a empresa pública.
- B) a sociedade temporariamente unipessoal, a sociedade unipessoal de advocacia e a sociedade unipessoal limitada.

C) a sociedade subsidiária integral, a sociedade temporariamente unipessoal e a sociedade unipessoal de advocacia.

D) a sociedade unipessoal de advocacia, a empresa pública e a sociedade unipessoal limitada.

E) a sociedade subsidiária integral, a sociedade temporariamente unipessoal, a sociedade unipessoal de advocacia, a empresa pública e a sociedade unipessoal limitada.

Questão 74

A respeito dos fundos de investimento, assinale a alternativa **correta**:

A) O fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, destinado à aplicação em ativos financeiros, bens e direitos de qualquer natureza.

B) O registro dos regulamentos dos fundos de investimentos no CADE é condição suficiente para garantir a sua publicidade e a oponibilidade de efeitos em relação a terceiros.

C) A adoção da responsabilidade limitada por fundo de investimento constituído sem a limitação de responsabilidade retroage à data de sua constituição.

D) Os fundos de investimento respondem diretamente pelas obrigações legais e contratuais por eles assumidas, e os prestadores de serviço não respondem por essas obrigações, mas respondem pelos prejuízos que causarem quando procederem com dolo ou culpa.

E) A sua insolvência pode ser requerida judicialmente por credores, por deliberação própria dos cotistas do fundo de investimento, nos termos de seu regulamento, ou pelo CADE.

Questão 75

De acordo com a teoria geral dos contratos:

A) As partes negociantes poderão estabelecer parâmetros subjetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução.

B) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a possibilidade de revisão contratual.

C) A alocação de riscos definida pelas partes deve ser sempre respeitada e observada.

D) Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais.

E) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato, o que permite a revisão contratual de maneira corriqueira.

Questão 76

Conforme a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, são direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País:

A) Ter a garantia de que os negócios jurídicos empresariais paritários serão objeto de livre estipulação das partes pactuantes, de forma a aplicar todas as regras de direito empresarial de maneira principal.

B) Não ser exigida pela administração pública direta ou indireta certidão sem previsão expressa em lei ou ato infralegal.

C) Desenvolver atividade econômica de alto risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica

D) Arquivar qualquer documento por meio de microfilme ou por meio digital, conforme técnica e requisitos estabelecidos em regulamento, hipótese em que se equipará a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato de direito público, desde que autenticado pelo órgão competente.

E) Gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia

privada, exceto se houver expressa disposição legal em contrário.

Questão 77

Com as garantias de livre iniciativa, previstas no art. 4º da Lei nº 13.874/19, **NÃO** é vedado à administração pública:

A) Criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.

B) Criar demanda artificial ou compulsória de produto, serviço ou atividade profissional, inclusive de uso de cartórios, registros ou cadastros.

C) Aumentar os custos de transação com demonstração de benefícios.

D) Introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas.

E) Exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado.

Questão 78

Trata-se de princípio que **NÃO** norteia a Lei nº 13.874/19 (MP nº 881/19 – “MP da Liberdade Econômica”):

A) A liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas.

B) A boa-fé do particular perante o poder público.

C) O reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.

D) O dirigismo contratual como forma de publicização do Direito Empresarial.

E) A intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

Direito Tributário

Questão 79

No tocante ao ICMS, e de acordo com a Constituição Federal, lei estadual pode definir como fato gerador:

- A) operações que destinem ao exterior ouro, excluído aquele definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- B) energia elétrica contratada, ainda que não utilizada.
- C) Entrada de computadores importados do exterior, ainda que por pessoa física que não seja contribuinte habitual do imposto.
- D) Prestação de serviço de comunicação e de transporte intramunicipal e intermunicipal.
- E) Prestações que envolvam salvados de sinistro pelas seguradoras.

Questão 80

O município X realizou obra pública, sendo que o total da despesa realizada foi de R\$ 1.000.000,00. A obra acarretou valorização imobiliária de R\$ 20.000,00 para os imóveis comerciais, R\$ 10.000,00 para os imóveis residenciais e R\$ 5.000,00 para os terrenos não edificados. Diante disso, o Município resolveu instituir cobrança de melhoria. De acordo com o CTN, é correto afirmar que:

- A) A contribuição de melhoria só pode ser cobrada até o limite de R\$ 5.000,00 para cada um dos imóveis beneficiados.
- B) A contribuição de melhoria só pode ser cobrada até o limite de R\$ 10.000,00 para cada um dos imóveis beneficiados.
- C) A contribuição de melhoria só pode ser cobrada até o limite de R\$ 20.000,00 para cada um dos imóveis beneficiados.
- D) O valor total arrecadado não pode superar o montante de R\$ 1.000.000,00.
- E) O valor total arrecadado não pode superar o limite global multiplicado pelo número de imóveis beneficiados pela obra pública.

Questão 81

Sobre a legislação tributária, assinale a alternativa incorreta.

A) A legislação tributária se aplica imediatamente aos fatos geradores futuros, com relação à obrigação tributária principal; e aos fatos geradores futuros, pendentes e passados com relação à obrigação tributária acessória, salvo, nessa última hipótese, se a obrigação acessória tiver sido instituída por um ato infralegal.

B) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa.

C) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de definir determinada conduta como infração, salvo se o ato tiver sido definitivamente julgado.

D) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

E) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Questão 82

Sobre o princípio da anterioridade, assinale a alternativa incorreta:

A) O Princípio da anterioridade tem origem no antigo princípio da anualidade, não mais vigente no direito brasileiro. Pelo princípio da anualidade, a cobrança de um tributo estava condicionada à prévia autorização orçamentária.

B) Há duas modalidades de anterioridade prevista no texto constitucional: a anterioridade anual ou anterioridade de exercício, prevista no artigo 150, inciso III, alínea b; e a anterioridade nonagesimal ou noventena, prevista no artigo 150, inciso III, alínea c e no § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

C) Todos os tributos que aparecem como mitigações ao princípio da legalidade também são exceções ao princípio da anterioridade anual.

D) Todos os tributos que aparecem como exceções ao princípio da anterioridade anual são também mitigações ao princípio da legalidade.

E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

Questão 83

Sobre os empréstimos compulsórios, julgue os itens a seguir:

I) O empréstimo compulsório se enquadra no conceito de tributo trazido pelo artigo 3º do Código Tributário Nacional, tratando-se de: i) uma prestação pecuniária; ii) de caráter compulsório; iii) cuja natureza é não sancionatória; iv) instituída por meio de lei; v) cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

II) Apenas a União pode instituir empréstimos compulsórios e apenas pode fazê-lo por meio de lei complementar, cujo quórum de aprovação é maior do que o de uma lei ordinária.

III) Diferentemente do que ocorre com os impostos, a Constituição Federal não disse quais as bases econômicas possíveis de serem tributadas por um empréstimo compulsório, limitando a afirmar o que ou quais as situações que autorizam a sua instituição. Portanto, entende-se que o legislador pode criar um empréstimo compulsório que seja vinculado a uma atividade estatal ou um empréstimo compulsório que não seja vinculado a uma atividade estatal.

A) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens II e III.

B) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens I e III.

C) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens I e II.

D) Nenhuma alternativa está correta.

E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 84

Sobre domicílio tributário, assinale a alternativa incorreta:

A) Se as pessoas jurídicas de direito público não escolherem seu domicílio tributário, o domicílio é o de qualquer de suas repartições no território da entidade tributada.

B) Como regra geral, o domicílio tributário do sujeito passivo é aquele local que ele próprio escolheu.

C) Se pessoa natural não escolher seu domicílio tributário, será considerado como tanto a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

D) Se a pessoa jurídica não escolher seu domicílio tributário, será considerado como domicílio o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento

E) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

Questão 85

Julgue os itens a seguir:

i) O critério distintivo entre a responsabilidade por substituição (originária) e a responsabilidade por transferência (derivada) é o momento da incidência da norma atributiva de responsabilidade. Nos casos de responsabilidade por substituição, o substituto tributário já é designado desde logo como sendo o sujeito passivo da relação jurídica obrigacional, o que significa afirmar que a responsabilidade surge no mesmo momento da ocorrência do fato gerador. Na responsabilidade por transferência o fenômeno ocorre de maneira diferente. Num primeiro momento, quando da ocorrência do fato gerador, o sujeito passivo da relação é o contribuinte. Apenas posteriormente, em razão de algum acontecimento previsto pela norma atributiva de responsabilidade, é que alguém passa a ser responsável pelo pagamento da exação.

II) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

III) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, ainda que conste do título a prova de sua quitação.

- A) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens II e III
- B) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens I e III
- C) Estão corretas apenas as afirmativas dos itens I e II
- D) Nenhuma alternativa está correta.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 86

De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

- A) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- B) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- C) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- D) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- E) A discussão judicial da dívida, embora não suspenda, por si só, a exigibilidade do crédito, nos

termos do art. 151 do CTN, impede a inclusão do nome do devedor no CADIN.

Direito Ambiental

Questão 87

Marque a alternativa correta:

- A) O ordenamento jurídico garante, à presente geração, a prerrogativa de utilizar os recursos naturais da forma que melhor lhe aprouver.
- B) O princípio da proibição do retrocesso impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social e ambiental, que sejam fragilizadas as conquistas já alcançadas pela sociedade.
- C) O estudo de impacto ambiental (EIA) tem por fundamento o princípio da precaução.
- D) Na aplicação do princípio da precaução não se aplica a inversão do ônus da prova, pois cabe a quem alega os danos ambientais a respectiva comprovação.
- E) O Poder Público possui discricionariedade para atuar ou não na tutela ambiental, já que a sociedade também tem o dever de preservar o meio ambiente.

Questão 88

No que toca à Política Nacional do Meio Ambiente, marque a alternativa correta:

- A) O Zoneamento Ambiental se sobrepõe ao Plano Diretor do Município, pois tem por escopo garantir a proteção do meio ambiente.
- B) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por mais de um ente federativo, para garantir a melhor tutela do meio ambiente.
- C) O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é exigido em todos os processos de licenciamento ambiental, pois visa garantir que, de fato, não haja danos ao meio ambiente (princípio da prevenção).
- D) A licença de instalação visa aprovar a localização do empreendimento, atestando sua viabilidade ambiental.

E) O descumprimento dos prazos para a emissão das licenças ambientais não implica emissão tácita nem autoriza a prática do ato que dela dependa, mas instaura a competência supletiva do ente de maior grau.

Questão 89

A) O STJ entende que o fato de parte de imóvel urbano ser considerada APP (área non aedificandi) não acarreta a transferência da titularidade para o poder público, pois é mera limitação administrativa.

B) A reserva legal, importante instrumento de proteção ambiental, tanto pode estar localizada em área rural como em área urbana.

C) A mineração só é permitida, no Bioma Mata Atlântica, apenas nas áreas de vegetação primária em estágio médio ou avançado de regeneração, e desde que haja licenciamento ambiental com apresentação de EIA/RIMA e adoção de medida compensatória de recuperação de área equivalente à do empreendimento.

D) A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada, de modo a aumentar o controle sobre o uso das águas, e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

E) O STJ não permite a cobrança progressiva pelo uso da água de acordo com a categoria de usuários, permite apenas a cobrança progressiva pelas faixas de consumo.

Questão 90

Uma indústria do setor energético, desrespeitando normas administrativas ambientais, acabou por guardar substância tóxica, nociva à saúde e ao meio ambiente, fato este descoberto depois de uma operação de fiscalização ambiental, onde também se constatou degradação ambiental em decorrência da guarda inadequada dessa substância. Com base nesse caso hipotético, marque a alternativa correta.

A) A indústria poderá ser responsabilizada criminalmente, mas não civilmente ou

administrativamente, haja vista a vedação ao bis in idem.

B) A indústria poderá ser responsabilizada civilmente, mas para isso o órgão ambiental precisará provar a culpa ou dolo do causador do dano.

C) O fato descrito não constitui crime ambiental, apenas infração administrativa.

D) A responsabilidade administrativa da indústria é subjetiva, ou seja, depende da comprovação da culpa ou dolo.

E) Mesmo que não houvesse dano ao meio ambiente, a indústria seria responsabilizada civilmente pelo fato ocorrido.

Direito Administrativo

Questão 91

Quanto ao tema Processo Administrativo tratado pela Lei Federal nº 9.784, de 1999, assinale a alternativa incorreta.

A) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

B) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

C) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.

D) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

E) O direito de a Administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos

favoráveis para os destinatários decaem em cinco anos, contados da data em que foram conhecidos, salvo comprovada má-fé. Ademais, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do último pagamento.

Questão 92

Acerca do tema Empresas Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I - O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes em Lei.

II - A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão criar comitê estatutário para verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

III - É garantida a participação, na Diretoria, de representante dos empregados e dos acionistas minoritários.

IV - É vedado à empresa pública e à sociedade de economia mista realizar, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que sejam vinculadas, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 2 (dois) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.

A) V, V, F, F

B) V, F, V, F

C) F, F, V, V

D) F, V, F, V

E) V, F, F, V

Questão 93

Tendo por parâmetro a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 2013), assinale a alternativa correta.

A) A Lei Anticorrupção dispõe sobre a responsabilização objetiva civil e penal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

B) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício, desde que exclusivo.

C) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

D) A pessoa jurídica será responsabilizada, desde que haja a responsabilização individual de pelo menos uma pessoa natural responsável por sua Administração ou Gestão.

E) Não poderá ser aplicada sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica.

Questão 94

De acordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca dos Conselhos Profissionais, assinale a alternativa incorreta.

A) Os conselhos de fiscalização profissionais possuem natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito público.

B) Com a suspensão da redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/1998 ao caput do art. 39 da Constituição Federal de 1988, no julgamento da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.135/DF, o regime

jurídico dos conselhos profissionais deve ser, obrigatoriamente, o estatutário.

C) Os conselhos profissionais têm poder de polícia para fiscalizar as profissões regulamentadas, inclusive no que concerne à cobrança de anuidades e à aplicação de sanções.

D) A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, embora possua natureza jurídica especialíssima, submete-se ao disposto no art. 8º da Lei n. 12.514/2011, que determina que os conselhos de classe somente executarão dívida de anuidade quando o total do valor inscrito atingir o montante mínimo correspondente a 5 (cinco) anuidades.

E) A partir da vigência da Lei n. 12.514/2011, o fato gerador para a cobrança de anuidades de órgão de fiscalização profissional é o registro no conselho e não mais o efetivo exercício da profissão.

Questão 95

De acordo com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa incorreta.

A) É objetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.

B) A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas também é objetiva, dispensando a comprovação de eventual negligência na atuação estatal.

C) A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.

D) Há responsabilidade civil do Estado nas hipóteses em que a omissão de seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou o agravamento de danos ambientais.

E) O prazo prescricional das ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública é quinquenal (Decreto n. 20.910/1932), tendo como termo a quo a data do ato ou fato do qual originou a lesão ao patrimônio material ou imaterial.

Questão 96

Analise as assertivas a seguir com base nos Temas de Repercussão Geral do STF e assinale a alternativa correta.

I - De acordo com o Tema de Repercussão Geral 897 do STF, são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

II - De acordo com o Tema de Repercussão Geral 1057 do STF, os guardas civis possuem direito constitucional à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco prevista no artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição Federal.

III - De acordo com o Tema de Repercussão Geral 1010 do STF:

1) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;

2) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;

3) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e

4) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

IV - De acordo com o Tema de Repercussão Geral 1009 do STF, no caso de declaração de nulidade de exame psicotécnico previsto em lei e em edital, é indispensável a realização de nova avaliação, com critérios objetivos, para prosseguimento no certame.

- A) F, V, F, V
- B) V, V, F, F
- C) F, F, V, V
- D) V, V, V, V
- E) F, F, F, F

Questão 97

De acordo exclusivamente com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992), assinale a alternativa incorreta.

- A) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- C) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.
- D) As ações de improbidade administrativa podem ser propostas, entre outras previsões legais, até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- E) Na hipótese de ato de improbidade administrativa por qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, as sanções serão a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

Questão 98

No que tange ao Controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete sustar, se não atendido, a execução do contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

B) No caso de ato administrativo, a sustação será adotada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

C) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa devem ser encaminhadas à Procuradoria do Tribunal para ajuizar ação ordinária, de modo que passem a ter eficácia de título executivo.

D) O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

E) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por até 5 (cinco) Conselheiros.

Questão 99

Quanto à participação, à proteção e à defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, disciplinada pela Lei nº 13.460, de 2017, assinale a alternativa incorreta.

A) A aplicação da Lei nº 13.460, de 2017, afasta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, disciplinado pela Lei nº 8.078, de 1990.

B) De forma subsidiária, aplica-se a Lei nº 13.460, de 2017, aos serviços públicos prestados por particular.

C) Serviço Público é a atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública.

D) Com periodicidade mínima anual, cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua

realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.

E) A avaliação continuada dos serviços públicos será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

Questão 100

Analise as assertivas a seguir com base nos Temas de Repercussão Geral do STF e assinale a alternativa correta.

I - É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

II - Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal têm legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal.

III - O Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.

IV - É inconstitucional a contribuição previdenciária devida por aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permaneça em atividade ou a essa retorne.

A) V, V, V, V

B) F, F, F, F

C) V, V, V, F

D) F, V, F, F

E) V, F, V, V